



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**ANÁLISE DAS AÇÕES PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
EQUIDADE, DESIGUALDADES E JUSTIÇA SOCIAL**

Glicia S. Gripp

gliciagripp@gmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa cujo objetivo foi o estudo das principais mudanças ocorridas no sistema de ensino superior do Brasil e a análise das grandes linhas de ações governamentais para o setor nos últimos 20 anos e as transformações internas das instituições. Faz parte da análise a identificação dos atores que participaram do processo de formulação das políticas e das arenas onde os temas básicos e as negociações foram discutidas e efetuadas e os ajustes que resultaram em novas estratégias e diretrizes. Ao final, analisamos os resultados das políticas, focalizando principalmente a questão da redução das desigualdades de acesso e a inclusão, a partir dos dados obtidos do censo educacional e dos processos de avaliação da educação superior. Como resultados, observamos que, se o sistema de educação superior inclui, ele ainda continua reproduzindo a estrutura social brasileira, inclusive as desigualdades, ao incluir os menos favorecidos em cursos com menos status e com acesso a carreiras com salários mais baixos. Além disso, observamos que as instituições de ensino superior se organizam e cumprem o papel de ensino a partir dos pressupostos de seus próprios interesses, dos interesses do seu corpo docente e não das necessidades da realidade brasileira e dos estudantes.

ABSTRACT

The objective of this article is the analysis of the major lines of governmental actions for the sector of Higher Education in Brazil, in the last 20 years and the internal transformations of the institutions. The analysis deals with the identification of actors who participated in the process of policy formulation, the arenas where the basic themes and the negotiations were discussed and carried out and the adjustments that resulted in new strategies and guidelines. We analyzed the results of the policies, focusing mainly on the reduction of access inequalities and inclusion, based on the data obtained from the educational census and the evaluation processes carried out by the Ministry of Education. As results, we observe that, if the higher education system includes, it still reproduces the Brazilian social structure, by including the less favored in courses with less status and access to careers with lower salaries. In addition, we observe that higher education institutions organize and



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fulfill the role of teaching based on the assumptions of their own interests, the interests of their faculty and not the needs of the Brazilian reality and the students.

Palavras-chave

Educação Superior, Políticas públicas, Desigualdades

Keywords

Higher Education, Public policy, Inequalities



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa¹ realizada nos anos de 2015 e 2016 sobre as políticas públicas para a educação superior no Brasil a partir dos anos de 1980. Contemplamos na análise a identificação dos atores do processo e das arenas onde os temas básicos foram discutidos e as negociações realizadas, ajustes realizados e novas estratégias e diretrizes efetuadas. A segunda etapa da pesquisa versa sobre a investigação dos resultados dessas políticas, especialmente no que se relaciona à questão da redução das desigualdades de acesso e à inclusão.

Pretende-se com esse estudo, através da análise das políticas públicas e seus resultados, verificar como o governo brasileiro vem tratando dessas questões, quais as medidas tomadas e quais os resultados. As políticas de acesso ao ensino superior estão realmente democratizando esse nível de ensino? Essas políticas garantem realmente aquilo que, implicitamente, prometem, tanto à população quanto ao mercado? As políticas de *accountability* e de financiamento permitem ajustes necessários no sistema, de modo a incluir e manter os estudantes? Essas são as questões de fundo. Há diversificação real dentro do sistema de ensino superior e qual é o modelo dessa diversificação?

¹ A pesquisa contou com financiamento do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. De onde falamos? Um pouco de teoria e de metodologia.

O objeto da pesquisa é a educação superior. Tentamos compreender a estruturação e os arranjos sociais particulares do setor para analisar a recepção, os efeitos, o sucesso e o fracasso das ações, programas e medidas. Nos interessa mostrar como e até onde a instituição pesa sobre os comportamentos e sobre as representações dos diferentes atores. Nos interessa demonstrar o conteúdo do referencial das políticas, os qualificar, traçar sua evolução, seguir os processos de adesão dos atores. Preocupamo-nos com os mecanismos que produzem e constroem os referenciais e as crenças e às modalidades pelas quais se produz a adesão dos atores.

Toda ação social implica uma operação de definição social da realidade. Elaborar uma política pública requer construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual se quer intervir. É em referência a essa imagem cognitiva que os atores organizam sua percepção do sistema, confrontam suas soluções e definem suas proposições de ação. É através desses processos de definição social, que incluem configurações de atores diversos, que ideias definem um espaço de sentido no qual os atores podem aderir em graus diferentes. Cada vez que se está diante de um processo de formulação de uma política pública, pode-se verificar um mecanismo de fabricação de imagens, de ideias, de valores, que vão constituir uma visão de mundo. Jobert & Muller (1987), entre outros, chamam esse conjunto de imagens referencial de uma política.

O núcleo dessa representação do sistema é constituído por uma certa concepção do lugar e do papel do setor concernente dentro da sociedade. Ele é constituído de um conjunto de normas prescritivas que dão um sentido a um programa político, definindo critérios de escolha e modos de designação dos objetivos. Trata-se de um processo cognitivo no qual a função é compreender o real limitando sua complexidade. O problema que se coloca, então, é saber como essas diferentes imagens de referência, onde a articulação nem sempre é evidente, vão encontrar um mínimo de coerência para constituir um referencial unificado.

A sociologia da ação organizada, segundo Musselin (2005) é um enfoque indutivo. De um lado, é indutivo do fato da postura que ela adota em relação ao campo de pesquisas: este último não



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

é um meio para verificação de hipóteses, mas um espaço a investir, no qual se mergulha para descobrir as fontes e os modos de funcionamento concretos. Por outro lado, do fato que ela se apoia sobre os resultados empíricos para progressivamente elaborar as questões de pesquisa e fazer surgir uma problemática. Não estudamos um setor para encontrar lá um referencial e o qualificar. Esperamos do “campo” que ele revele as problemáticas a seguir e as análises teóricas a mobilizar.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología, análise e discussão dos dados

A pesquisa foi documental. A análise dos dados utilizou a metodologia qualitativa, análise de conteúdo (Bardin, 2011), para o estudo da legislação e dos dados secundários e a metodologia quantitativa (análise estatística básica) no tratamento dos dados do Exame Nacional dos Estudantes e do censo educacional do ensino superior, realizados pelo Ministério da Educação. Todos os dados são de domínio público.

Agrupamos e classificamos as políticas públicas para o ensino superior de acordo com quatro períodos: o período de redemocratização da sociedade brasileira (anos 1980 e meados dos anos 1990), o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e os governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Estudaremos essas políticas, comparativamente, buscando as características que permanecem (os invariantes) e as características que foram surgindo em cada um dos períodos.

Os dados e sua análise

A. Anos 1980 e meados da década de 1990: a abertura democrática

A partir de 1985, assiste-se a algumas tentativas de reformas da educação superior, que veremos a seguir.

Criada, pelo Presidente da República, em maio de 1985, através do Decreto nº 91.177, a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, conhecida como "Comissão de Alto Nível", teve uma composição bastante diversificada, possuindo 24 membros, entre os quais, representantes do movimento docente. A comissão tinha a seguinte composição: professores universitários (universidades federais e universidades privadas de grande prestígio), pesquisadores de institutos de pesquisa, empresários da educação (proprietários de faculdades), reitor de um colégio de prestígio, estudante da UNE, professor da educação básica e sindicalistas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Segundo Schwartzman (1988), o trabalho da Comissão mostrou como poucos grupos externos realmente compreendiam e se preocupavam com os problemas da educação superior. Os atores mais ativos nesse processo, dentro e fora da Comissão, foram as associações de professores. Desde o início, as associações desafiaram a legitimidade² da Comissão.

A descrição do funcionamento da Comissão por Schwartzman (1988) nos mostra os diversos grupos em embates pelo controle da educação superior brasileira: a) membros das burocracias das universidades públicas e as associações dos funcionários; c) as associações de professores mais militantes; c) grupo de interesses fortemente organizado, o setor privado; d) Os estudantes, por fim, que, segundo o autor, se revelaram muito menos articulados e politicamente ativos do que se esperava dada as experiências do passado.

Os princípios norteadores de uma nova política para a educação superior do relatório elaborado pela Comissão são os seguintes: Responsabilidade do poder público; adequar à realidade do país; diversidade e pluralidade; autonomia e democracia interna; democratização do acesso; valorização do desempenho; eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais. Baseados nesse princípio, a Comissão propõe as seguintes ações: reformular o Conselho Federal de Educação; consolidar a autonomia e a democracia interna das universidades; alterar os mecanismos de financiamento; democratizar o acesso ao ensino superior; fortalecer a pesquisa e a pós-graduação; ajustar o ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do país³.

A partir desse relatório, o Ministério da Educação criou um grupo interno o GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior -, instalado em março de 1986. O objetivo era ampliar a discussão, esclarecer o documento, sistematizar os subsídios recebidos a partir da divulgação ampla do relatório, escolher as medidas que poderiam ser implementadas e fazer um ordenamento jurídico.

Esse grupo era formado por cinco pessoas que exerciam funções no âmbito do Ministério da Educação: um sociólogo e cientista político, da Universidade Federal de Minas Gerais, secretário adjunto do Ministério da Educação; um cientista político, secretário adjunto do Ministério da

² Essa questão pode ser observada em Vieira (1986) e em Paula (2002), por exemplo.

³ Comissão Nacional para reformulação da educação superior. Relatório Final: Uma nova política para a educação superior, 1985.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Educação; um engenheiro e físico, professor da USP, coordenador técnico do Programa de Avaliação da Reforma Universitária; um matemático, professor, secretário da Ciência e Tecnologia, diretor da Capes; um cientista político, professor da Universidade Federal do Ceará, secretário da educação superior. Como está explícito no próprio nome do Grupo, ele tinha a função executiva de elaborar uma proposta de Reforma Universitária. E, como os currículos nos mostram, eram todos provenientes da academia, das universidades. O ministro da educação à época convocou a comunidade para discussão e solicitou a todos subsídios para a reforma e, segundo o relatório final, o número de contribuições recebidas ficou muito aquém do esperado.

O GERES foi combatido de forma muito intensa pelo movimento docente (Zainko, 2008). Mas, como Schwartzman descreve, a oposição apareceu da direita e da esquerda:

- De um lado, principalmente das associações de professores, o documento foi criticado por causa das propostas de diferenciação institucional e por não defender eleição das autoridades locais por voto direto e eram contra a autonomia financeira que as universidades deveriam alcançar.

- Do outro, a oposição surgiu do Conselho Federal de Educação e de alguns grupos dentro do ministério da educação e poucos outros setores. A burocracia do ministério e das universidades não gostaram da ideia de que seu poder de alocar recursos poderia ser substituído ou limitado por corpos de avaliação pelos pares. A autonomia fiscal não agradou a outros setores do governo federal que tentaram manter as universidades, assim como outras instituições públicas, sob forte controle. Em geral, as críticas surgidas de muitos setores sociais pediram por mais controle centralizado e não menos.

O grupo produziu duas leis. A primeira mudava a composição e a autoridade do Conselho Federal de Educação. A segunda, fornecia uma nova estrutura organizacional para as universidades federais, implementando várias medidas de autonomia e responsabilização sugeridas pela Comissão. Uma série de protestos irrompeu pelo país comandados pela associação de professores e pela associação de estudantes, com greves e manifestações de rua. O ministro decidiu retirar as propostas para futuros estudos.

Por outro lado, houve uma efervescência e grande mobilização de um grupo contrário às propostas educacionais dos governos da época. Os autodenominados “educadores” se reuniram em



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

torno de dois movimentos: As Conferências Brasileiras de Educação e o Fórum Brasileiro em Defesa da Escola Pública (Saviani, 2007).

Nesta década de 1980 há uma ampliação significativa da produção acadêmica na área da educação e um órgão que congrega essas pessoas: a Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -, fundada em 1978. Em 1982, começa a funcionar o Grupo de Trabalho sobre educação superior e já na primeira reunião se propôs a produzir um documento com a posição dos componentes do grupo sobre a reforma educacional da educação superior que estava sendo debatida no país. O Grupo, assim como outros setores da sociedade (ANDES - Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -, CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras -, etc.), tinham posição diferente do Ministério da Educação (Fávero, 1998).

Outro grupo relevante é o CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade -, criado em março de 1979, em Campinas, “como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade”, durante o I Seminário de Educação Brasileira, realizado em 1978, na Unicamp, conforme o Editorial do vol. 30, no. 106, de janeiro/abril de 2009.

A partir de sua criação, o CEDES passou a editar a Revista Educação & Sociedade, e atualmente edita também os Cadernos CEDES. A posição do grupo é muito clara, no Editorial do vol. 30, nº 106, de janeiro/abril de 2009: “O marxismo foi a pedra angular das análises que fundamentaram a criação do CEDES e traçaram seus objetivos, encontrando-se em Gramsci o esteio da definição de suas estratégias”.

As Conferências Brasileiras de Educação marcaram a reorganização, na década de 1980, desse grupo específico de educadores. Além das entidades de cunho acadêmico-científico, oriundas das licenciaturas e faculdades e departamentos de educação, outros grupos se aglutinaram: as entidades sindicais, articuladas em âmbito nacional pela CPB - Confederação dos Professores do Brasil - (depois da Constituinte passaria a denominar CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação), a ANDES, e também o Movimento Estudantil, representado pela UNE - União Nacional dos Estudantes - e UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. A primeira Conferência foi realizada em 1980, sendo seguida por outras cinco ocorridas em 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) foi lançado oficialmente em Brasília no dia 9 de abril de 1987, através da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita (Ghon, 2001:78). Inicialmente o Fórum foi composto por 15 entidades: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Associação Nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), Confederação de Professores do Brasil (CPB), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), Central Única de Trabalhadores (CUT), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE).

Como nos mostra Durham (2005), para a compreensão do que ocorre no país em relação à educação superior desde inícios da década de 1980, é preciso analisar as lutas que se travaram dentro do próprio ensino superior, com a emergência de um novo ator político: o movimento dos docentes do ensino superior público, que deu origem à Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES) o qual, de acordo com a autora, substituiu o movimento estudantil, incorporando muito das posições que ele defendia nas décadas anteriores. Este movimento, de acordo com Durham, praticamente se restringe ao setor público. A força e a natureza deste movimento surgiram a partir dos efeitos negativos da repressão militar sobre as universidades públicas no período da ditadura. A gravidade da situação de confronto que antecedeu a Reforma de 1968 e a força da repressão que a acompanhou, deixaram profundas marcas nas universidades públicas, tirando a legitimidade para os professores e alunos, não só do Regime, mas da própria reforma.

Os anos de 1980 terminaram sem nenhuma modificação além da expansão do setor privado, que diminuiu o ritmo por causa da crise econômica aguda em que o país mergulhou, entre outros fatores. Vejamos, na tabela abaixo os dados comparativos entre 1960 até o ano de 1990 que são os dados subjacentes à toda discussão ocorrida na década de 1980, como descrita na sessão:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela nº 1: Evolução da educação superior no Brasil entre 1960 e 1990

Ano	IES	Cursos	Matrículas	Docentes	Vagas	Ingressos	Concluintes
1960	260	1.115	93.202	21.064	35.381	-	16.893
1965	372	1.224	155.781	33.126	57.469	47.219	20.793
1970	619	2.166	425.478	54.389	145.125	107.723	64.049
1975	860	3.602	1.072.548	83.386	348.227	-	161.183
1980	882	3.782	1.377.286	109.788	404.814	356.667	222.896
1985	859	3.923	1.367.609	113.459	430.482	346.380	227.824
1990	918	4.712	1.540.080	131.641	502.784	407.148	230.206

Fonte: tabela reproduzida de. Minto (2006:178)

Os fundamentos dos referenciais das políticas para a educação superior foram postos nesta época. Assim, ao fim da década de 1980, estavam em disputa dois modelos de educação superior ou dois referenciais de políticas, que se perpetuam nos dias de hoje.

Nossa hipótese vai se configurando: a educação superior brasileira oscila entre os dois referenciais, especialmente a partir dos anos de 1990, de acordo com o governo eleito.

B. Governo FHC - 1995-2002

É conveniente examinar a reforma da educação nos anos 90 no quadro mais geral da trajetória recente das políticas sociais brasileiras. Um dos eixos norteadores das políticas de desenvolvimento social nos anos 90 reside na mudança estrutural das formas de gestão dos serviços sociais básicos, entre estes a educação, tendo em vista a determinação de seus efeitos sobre a dinâmica constitutiva da eficiência sistêmica, bem como pelo fato de essa área estar no núcleo de qualquer política social e compreender boa parte do gasto governamental. Nesse sentido, são fundamentais nesse processo de reestruturação e reforma e a eliminação de desperdícios e o aumento a eficiência, promover a descentralização, universalizar, sempre que necessário e legítimo, sua cobertura, melhorar a qualidade e, sobretudo, reestruturar benefícios e serviços para aumentar o seu impacto redistributivo.

Os temas de qualidade e avaliação da qualidade, descentralização, autonomia e democratização, todos eles fazem parte da configuração social dos anos da década de 1990. O que se



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

percebe, através deste trabalho, é, na verdade, uma disputa sobre a definição de cada um desses conceitos, que são polissêmicos.

Para implementar esses eixos de reforma, no governo FHC, temos as seguintes políticas principais: a criação de um sistema nacional de avaliação, a flexibilização curricular, redução de custos, racionalização dos recursos. Essas políticas não foram implementadas sem conflitos. Muitas greves surgiram e o debate através de revistas acadêmicas continuou. Infelizmente, não podemos descrevê-los neste espaço.

Podemos notar que as políticas levadas a cabo pelo governo FHC se alinham às ideias contidas nos relatórios das comissões e do GERES, descritas nos anos de 1980.

C. Os governos Lula (2003-2010)

Em 2003, o governo instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação da educação superior e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das instituições federais de ensino superior. O grupo seria composto por representantes do Ministério da Educação (com a função de coordenação), da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Fazenda. O grupo teria um prazo de sessenta dias para apresentar o plano de ação.

O documento apresentado⁴ analisa a década anterior (década de 1990) como “uma década de desarticulação do setor público brasileiro” e as universidades não teriam sido poupadas. A análise é de que, “como em todo setor público, o quadro geral das universidades brasileiras é de crise”. Continua o documento, “De outro lado, a prioridade ao setor privado em todas as áreas também chegou ao setor do ensino superior: as universidades privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontram-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada do

⁴ Brasil. Decreto de 20 de outubro de 2003.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas”. Esse foi o diagnóstico do grupo e as ações emergenciais a serem tomadas eram as seguintes:

- a. Plano emergencial para resolver o problema financeiro das universidades públicas;
- b. Concursos para preencher vagas de professores e servidores e para substituir os professores contratados em caráter temporário por professores efetivos.
- c. Outorgar autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra orçamentários, além da autonomia didático-pedagógica.
- d. Garantir novas vagas.

O governo Lula cria três linhas de políticas voltadas ao acesso à educação superior: o Prouni (Programa Universidade para Todos), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Reuni (Programa de reestruturação e expansão das universidades federais).

O programa Universidade Aberta do Brasil foi criado em 2005 e busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior.

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

A reforma da educação superior no governo Lula, feita por meio da promulgação de leis e decretos, dá uma certa continuidade com as políticas para a educação superior estabelecidas no governo FHC.

Na verdade, durante essa época, novos atores são admitidos ao cenário de debate educacional – os chamados movimentos sociais. Não houve mudança de modelo, mas houve uma profunda



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

alteração das instituições públicas que demanda uma pesquisa mais aprofundada, pois trata-se de mudança na cultura acadêmica.

Algumas ações do período foram as seguintes: instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em substituição ao Exame Nacional de Cursos; reorganizou os Centros Federais de Educação Tecnológica, e, posteriormente, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), nos moldes das universidades; criou o Programa Universidade para Todos (ProUni) e normatizou a atuação de entidades beneficentes de assistência social na educação superior; regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior; normatizou a educação a distância, fortalecendo a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro; e passou a permitir a educação a distância nos cursos regulares; instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

D. O governo de Dilma Roussef

Já no início de seu governo, a presidente Dilma anunciou a continuidade das políticas de expansão e anunciou a construção de 04 novas universidades federais, da criação de 47 novos campi universitários e de 208 novos IFs. A expansão da educação superior na ótica desse governo tem por objetivo: expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa renda per capita; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas do governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (BRASIL, 2011a).

Outro programa implantado em 2011 foi o “Ciência Sem Fronteiras”, que visa estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas para as áreas consideradas prioritárias/estratégicas em universidades estrangeiras. As políticas de ação afirmativa começaram a ser incluídas por iniciativa das instituições de ensino superior públicas. Só com o Reuni, elas começam a fazer parte obrigatória para se conseguir os recursos necessários.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

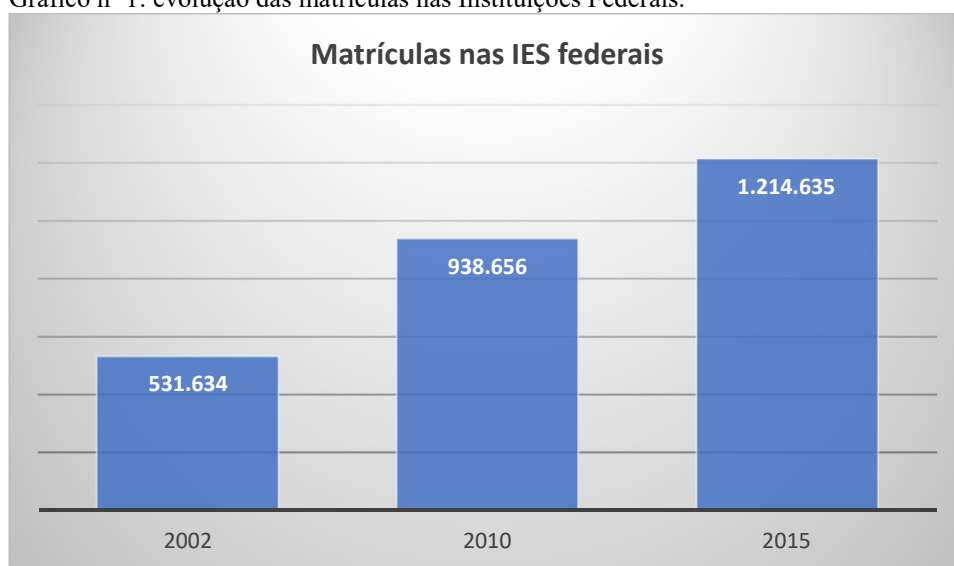
La sociología en tiempos de cambio

Não houve uma mudança significativa, o sistema se manteve como tal, inclusive com o crescimento das matrículas e do número instituições privadas.

IV. Conclusão

Os governos Lula e Dilma inverteram as prioridades do governo FHC (e das propostas das comissões e tentativas de reformas dos anos de 1980). Se FHC estava preocupado em definir a natureza e a identidade e a missão básica do cenário acadêmico, definir as reais vocações e potencialidades específicas (referência à diversificação), a eficácia e a eficiência, flexibilizar o ensino, os cursos, os currículos e programas de estudo, melhorar a qualidade do ensino oferecido, adequar a oferta de cursos às demandas do mercado, melhorar a avaliação, integrar graduação e pós-graduação, consolidar a pesquisa e desenvolver processos de inovação, os governos seguintes mudaram o rumo ao focalizar a expansão do setor público e ações referentes à igualdade no acesso e políticas de permanência dos estudantes. A expansão aconteceu, principalmente, no número de matrículas nas instituições públicas e nas privadas. A porcentagem de matrículas em IES privadas aumentou nos últimos quinze anos. Os gráficos seguintes nos mostram as transformações quantitativas do setor.

Gráfico nº 1: evolução das matrículas nas Instituições Federais:





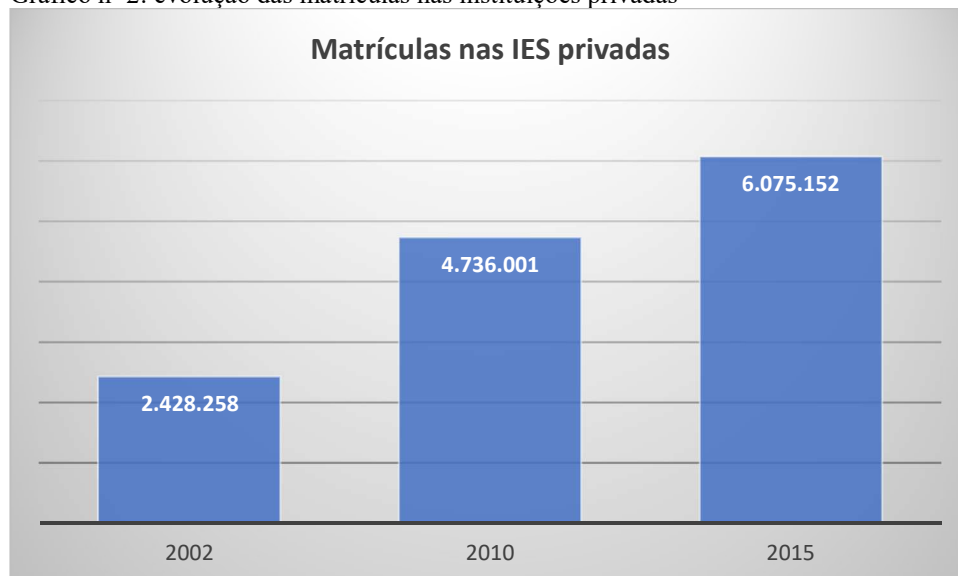
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

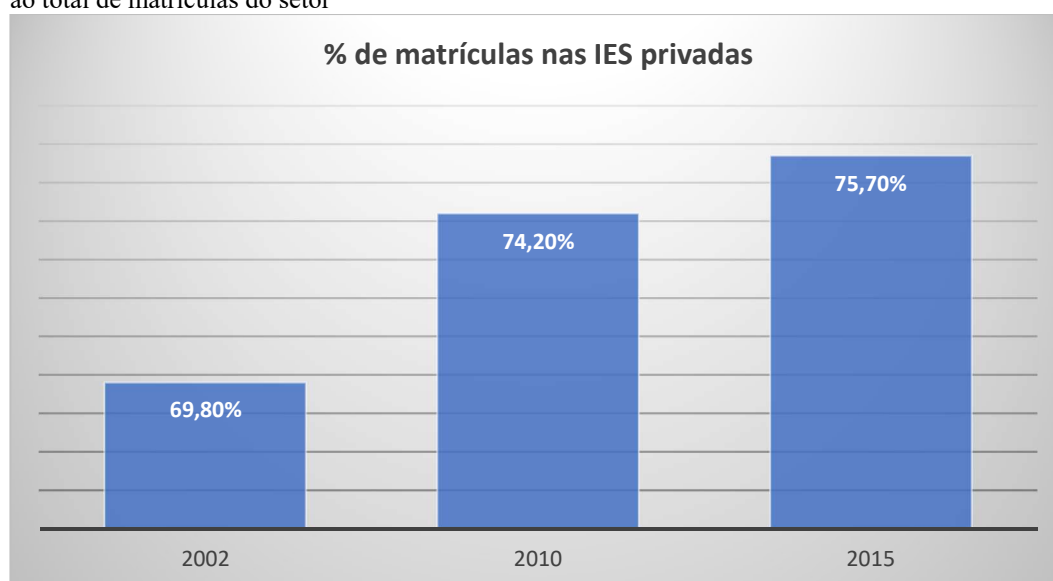
La sociología en tiempos de cambio

Gráfico nº 2: evolução das matrículas nas instituições privadas



A porcentagem de matrículas nas IES privadas aumentou gradualmente ao longo dos últimos 15 anos, conforme se observa no gráfico nº 3:

Gráfico nº 3: evolução da porcentagem das matrículas nas instituições privadas em relação ao total de matrículas do setor





XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Qual o perfil do estudante brasileiro?

As tabelas seguintes nos mostrarão os dados de cinco cursos diferentes para compararmos. Os dados foram retirados dos questionários socioeconômicos do exame Nacional de Cursos, encontrados no Ministério da Educação. Tomamos as variáveis cor/raça, renda familiar, escolaridade do pai e escolaridade da mãe, variáveis tradicionalmente utilizadas nas pesquisas sociológicas que lidam com sucesso e fracasso escolar. Escolhemos três cursos de licenciatura, o curso de medicina, o curso de direito e o de engenharia civil: sabemos que esses cursos têm status social diferenciados e que seus diplomas dão acesso a cargos com salários diferenciados. Os dados são do último resultado do exame de cada curso.

Tabela nº 2: Cor-raça em alguns cursos

	Letras	Matemática	Pedagogia	Medicina	Direito	Eng
Branco	37,1%	41,6%	47,7%	73,6%	77,6%	69,0%
Negro	15,1%	11,4%	11,7%	2,3%	6,1%	5,1%
Pardo/mulato	45,6%	44,6%	38,4%	21,3%	16,3%	23,1%
Amarelo (origem oriental)	1,0%	1,3%	1,3%	2,3%	0%	2,3%
Indígena ou de origem indígena	1,2%	1,1%	0,8%	0,4%	0%	0,4%

Observamos que os cursos de Letras, Matemática e Pedagogia possuem uma porcentagem maior de estudantes negros e pardos enquanto os cursos de medicina e direito possuem uma porcentagem maior de brancos.

Tabela nº 3: Renda familiar

	Letras	Matemática	Pedagogia	Medicina	Direito	Eng
Até 1,5 SM	32,3%	25,4%	27,8%	2,6%	6,3%	3,7%



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1,5SM – 3 SM	33,8%	33,8%	37,0%	5,9%	4,2%	11,9%
3SM - 4,5 SM	16,4%	19,6%	18,7%	8,6%	2,1%	16,6%
4,5 – 6 SM	8,1%	9,9%	8,8%	10,2%	8,3%	17,5%
6 – 10 SM	6,8%	8,3%	5,8%	20,0%	22,9%	26,3%
10 – 30 SM	2,4%	2,8%	1,7%	38,6%	45,8%	20,4%
Acima de 30 SM	0,2%	0,2%	0,1%	14,1%	10,4%	3,6%

Na tabela 3, acima, observamos que a renda familiar é maior nos cursos de direito, medicina e engenharia e menor nos cursos de letras, matemática e pedagogia.

Tabela nº 4: escolaridade do pai

	Letras	Matemática	Pedagogia	Medicina	Direito	Eng
Nenhuma	16,9%	10,8%	16,5%	0,8%	2,0%	1,9%
Ensino fundamental I (1º. Ao 5º. Ano)	42,9%	37,7%	48,1%	5,9%	0%	20,1%
Ensino Fundamental II (6º. Ao 9º. Ano)	13,6%	16,8%	12,1%	6,3%	12,2%	13,6%
Ensino Médio	18,0%	23,7%	16,5%	25,3%	26,5%	34,7%
Ensino Superior	6,4%	6,8%	5,5%	39,1%	32,7%	21,3%
Pós-graduação	2,2%	4,2%	1,2%	22,6%	26,5%	8,4%

Na tabela 4, observamos que a escolaridade do pai é maior nos cursos de medicina, direito e engenharia e menor nos cursos de letras, matemática e pedagogia. Nesses três cursos, há uma porcentagem elevada de pais sem nenhuma escolaridade e praticamente metade dos pais possuem escolaridade até ensino fundamental I (cinco anos de escolaridade).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela nº 5: escolaridade da mãe

	Letras	Matemática	Pedagogia	Medicina	Direito	Eng
Nenhuma	12,5%	10,8%	14,0%	0,3%	0%	1,4%
Ensino fundamental I (1º. Ao 5º. Ano)	38,1%	37,7%	45,3%	3,4%	2,0%	15,9%
Ensino Fundamental II (6º. Ao 9º. Ano)	15,2%	16,8%	13,7%	4,3%	8,2%	13,3%
Ensino Médio	22,7%	23,7%	18,9%	25,6%	20,4%	35,7%
Ensino Superior	7,3%	6,8%	5,2%	40,8%	46,9%	22,7%
Pós-graduação	4,3%	4,2%	2,9%	25,6%	22,4%	10,8%

Na tabela 5, observamos que a escolaridade da mãe é maior nos cursos de medicina, direito e engenharia e menor nos cursos de letras, matemática e pedagogia. Há uma porcentagem elevada de mães sem nenhuma escolaridade para esses três últimos cursos e praticamente metade das mães nesses três cursos possuem até o ensino fundamental I (até 5 anos de escolaridade).

Podemos inferir que o sistema de educação superior brasileiro está incluindo, mas ele reproduz dentro dele a estrutura social. O modelo rígido, burocrático, controlado pelo poder público federal das universidades públicas predomina desde o Estatuto das Universidades de 1931. Essa cultura de centralização burocrática permanece nos dias atuais e funciona através de decretos e portarias ministeriais que dificultam as tomadas de decisões nas universidades federais. O país encontra-se na contramão das tendências mundiais. O modelo pedagógico – a universidade de ensino, pesquisa e extensão – é um modelo muito caro que impede a expansão da rede pública e não é adotado pela rede privada.

VI. Bibliografia



Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil (1985). Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Relatório Final.

Durham, Eunice (2005). Educação superior, pública e privada. In: Brooks, C.; Schwartzman, S. (orgs). *Os desafios da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fávero, Maria de Lourdes Albuquerque (1998). “O GT de Educação Superior: trajetória e perspectivas”, Reunião Anual da ANPED.

Gohn, M. G. (2001). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.

Jobert, Bruno e Muller, Pierre (1987). *L'État en action*. Paris: Presses Universitaires de France.

Minto, Lalo W. (2006). *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados.

Oliveira, João Ferreira de (2000). “A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás”. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Paula, Maria de Fátima (2002). *A modernização da universidade e a transformação da inteligência brasileira*. Florianópolis: Insular.

Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

Schwartzman, Simon (1988). “Brazil: opportunity and crisis in higher education”. *Higher Education*, 17.

Vieira, Sofia Lerche (1986). “A quem serve a nova universidade?”. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, n. 58.

Zainko, Maria Amélia S. (2008). Avaliação na educação superior no Brasil: processo de construção histórica. *Avaliação*, v. 13, n. 3.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio